



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	10850.002831/2002-39
<b>Recurso nº</b>	Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-006.300 – 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	26 de janeiro de 2018
<b>Matéria</b>	RESTITUIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL.
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	VENTILADORES PRIMAVERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Período de apuração: 01/09/1992 a 30/09/1995

PRAZO PRESCRICIONAL/DECADENCIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. LEI COMPLEMENTAR Nº 118/05. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL. CONSELHEIROS DO CARF. OBSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE.

As decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral deverão ser reproduzidas no julgamento do recurso apresentado pela contribuinte, por força do disposto no artigo 62, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para a apresentação do pedido de restituição no caso de pagamento indevido é de 10 anos contados do fato gerador para as ações ajuizadas antes do decurso da *vacatio legis* de 120 dias da Lei Complementar nº 118/05, finda em 09 de junho de 2005, e de cinco anos para as ações ajuizadas após essa data.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em negar-lhe provimento.

*(Assinado digitalmente)*

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em Exercício

*(Assinado digitalmente)*

Andrade Márcio Canuto Natal – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em exercício), Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Charles Mayer de Castro Souza (suplente convocado), Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire (suplente convocado), Érika Costa Camargos Autran e Vanessa Marini Ceconello. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

## Relatório

Trata-se de recurso especial de divergência interposto pela Fazenda Nacional contra decisão tomada no Acórdão nº 293-00.170, de 10 de fevereiro de 2009 (e-folhas 228 e segs), que recebeu a seguinte ementa:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP*

*Período de apuração: 01/09/1992 a 30/09/1995*

*PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PIS. PRESCRIÇÃO.*

*O pleito de restituição/compensação de valores recolhidos a maior, a título de contribuição para o PIS, com base nos Decretos-Leis nº's 2.445/88 e 2.449/88 extingue-se em cinco anos, contados de 10/10/1995, data de publicação da Resolução do Senado Federal nº 49.*

*PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.*

*O pleito de restituição/compensação de valores recolhidos a maior, a título de contribuição para o PIS, com base nas alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 1.212, de 1995, extingue-se em cinco anos, contados a partir da publicação do acórdão definitivo que julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn.*

*Recurso provido em parte.*

A divergência suscitada no recurso especial (e-folhas 240 e segs) refere-se ao *dies o quo* do prazo decadencial/prescricional para repetição do indébito. O recorrido considerou a data da publicação da Resolução nº 49/95 do Senado Federal, que em 09/10/1995

retirou a eficácia dos Decretos-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88. Os paradigma consideraram a data do pagamento antecipado.

O Recurso especial foi admitido conforme despacho de admissibilidade de e-folhas 250 e segs.

A contribuinte não apresentou contrarrazões.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Andrada Márcio Canuto Natal, Relator.

### **Conhecimento do Recurso Especial**

Não há reparos a fazer no exame de admissibilidade. O recurso foi apresentado dentro do prazo. Dele tomo conhecimento.

### **Mérito**

Discute-se o *dies a quo* do prazo prescricional/decadencial para repetição do indébito; se a data da publicação da Resolução do Senado nº 49/1995 ou a data do pagamento antecipado.

A decisão, contudo, deve ser tomada à luz de outra premissa.

O art. 3º da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, ao interpretar o disposto no inciso I do art. 168 do Código Tributário Nacional, esclareceu que a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 do Código. Desta forma, segundo o entendimento que prevaleceu, não há razão para discussão sobre os efeitos da Resolução nº 49/95 na contagem do prazo decadencial para o pedido de restituição. O prazo conta-se sempre ou da data do pagamento do tributo/contribuição ou, como mais tarde ficou definido, do correspondente fato gerador da exação, a depender da data do protocolo do pedido.

De fato, em 04 de agosto de 2011, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 566.621, modulando os efeitos do que fora disposto no retrocitado art. 3º da Lei Complementar nº 118/2005. A sentença determinou que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para a apresentação do pedido de restituição, no caso de pagamento indevido, é de 10 anos contados do fato gerador nas ações ajuizadas antes do decurso da *vacatio legis* de 120 dias da Lei Complementar nº 118/05, finda em 09 de junho de 2005, e de cinco anos contados da data do pagamento indevido para as ações ajuizadas após essa data. Observe-se.

*RE 566621 / RS - RIO GRANDE DO SUL*

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO*

*Relator(a): Min. ELLEN GRACIE*

*Julgamento: 04/08/2011 Órgão Julgador: Tribunal Pleno*

*Publicação DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011*

*EMENT VOL-02605-02 PP-00273*

*DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA –  
APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº  
118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA  
JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA  
VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO  
PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS  
PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE  
2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a  
orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para  
os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo  
para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos  
contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação  
combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC  
118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa,  
implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos  
contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento  
indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova  
no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova.  
Inocorrência de violação à autonomia e independência dos  
Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também*

*se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário.*

**Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005.** Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido.

O artigo 62, § 2º, do Regimento Interno deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria 343/2015 e alterações, determina que as matérias de Repercussão Geral sejam reproduzidas no julgamento do recurso apresentado pela contribuinte<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade. (...)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática dos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos

O pedido de restituição de que se trata foi apresentado em 31/10/2002, como consta à e-folha 2. Conclui-se que não está decaído/prescrito o direito à repetição do indébito dos recolhimentos correspondentes aos fatos geradores ocorridos depois do dia 31/10/1992, que compreende todo período ao qual foi dado provimento pela instância recorrida, tal como consta no dispositivo do voto correspondente, nos seguintes termos.

*Dante do exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso para reconhecer o direito da contribuinte a restituição da diferença dos valores recolhidos e o que seria devido nos termos da Lei Complementar nº7/70, no período de 01/10/1995 a 31/01/1996, negando provimento ao recurso quanto ao período de setembro de 1992 a setembro de 1995, em virtude da ocorrência da prescrição do direito.*

Diante do exposto, voto por negar provimento do recurso especial da Fazenda Nacional.

*(assinado digitalmente)*  
Andrade Márcio Canuto Natal - Relator.

---

arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF. (Redação dada pela Portaria MF nº 152, de 2016)